



SETÚBAL

MOÇÃO - Pela valorização da Escola Pública e pela garantia do direito à Educação no concelho de Setúbal

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária, saúda todos os alunos e estudantes do concelho que iniciam um novo ano letivo, bem como as suas famílias, professores, educadores, assistentes técnicos e operacionais, técnicos especializados, direções dos agrupamentos e escolas, associações de pais e encarregados de educação e todos aqueles que, diariamente, fazem da Escola Pública um espaço de aprendizagem, inclusão, cidadania e igualdade de oportunidades.

A comunidade educativa de Setúbal merece, desde logo, o reconhecimento desta Assembleia Municipal pelo trabalho que desenvolve, muitas vezes perante dificuldades que ultrapassam a esfera de decisão das próprias escolas e que exigem respostas do Estado, designadamente em matéria de recursos humanos, condições de trabalho, equipamentos, ação social, inclusão e organização da rede escolar.

O início do presente ano letivo fica também marcado pela inauguração do novo Centro Escolar Barbosa do Bocage, um investimento importante para o concelho de Setúbal, que veio reforçar a oferta pública de educação pré-escolar e do 1.º ciclo e melhorar as condições físicas disponibilizadas à comunidade educativa.

Trata-se de uma obra promovida pelo Município de Setúbal e apoiada pelo PRR, com um investimento superior a 5,3 milhões de euros. O projeto encontrava-se já em desenvolvimento em 2023, tendo sido lançada a primeira pedra da empreitada em outubro de 2024, pelo anterior executivo e que mereceu todo o apoio do Partido Socialista de Setúbal.

O financiamento através do PRR deve igualmente ser enquadrado no seu percurso institucional, enquanto instrumento de investimento nacional cuja negociação e aprovação ocorreram durante o Governo liderado por António Costa, em 2021.

A concretização desta obra deve, naturalmente, ser saudada por aquilo que representa: mais e melhores condições físicas para os alunos, profissionais e famílias de Setúbal.

É, contudo, precisamente por reconhecer a importância deste investimento que esta Assembleia Municipal entende que a discussão sobre a Educação não pode terminar na inauguração de um edifício.

Uma escola não é apenas um edifício. Uma escola é feita de alunos e docentes, de educadores, assistentes, técnicos, famílias e comunidades. É feita de salas de aula com professores, de horários completos, de acompanhamento especializado, de condições de aprendizagem e de estabilidade.



SETÚBAL

E é neste ponto que a realidade vivida pelas escolas do concelho de Setúbal exige uma reflexão séria.

No próprio dia em que o Primeiro-Ministro Luís Montenegro e o Ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre, estiveram em Setúbal para inaugurar o novo Centro Escolar Barbosa du Bocage e assinalar o início nacional do ano letivo, permaneciam centenas de horários docentes por preencher na região da Península de Setúbal, inclusive no próprio Agrupamento de Escolas Barbosa du Bocage.

A falta de docentes não constitui, aliás, uma realidade conjuntural ou exclusivamente local. Esta realidade evidencia que o problema da Educação exige uma política estrutural de valorização da carreira docente, de rejuvenescimento do corpo de professores, de garantia de estabilidade profissional e de criação de condições que permitam aos docentes permanecer nos territórios onde são necessários. No concelho de Setúbal e na Península de Setúbal, esta questão assume particular importância, atendendo às dificuldades de acesso à habitação, aos custos das deslocações e à pressão demográfica que se faz sentir sobre a rede escolar.

Mas os problemas com que a Educação se confronta não se esgotam na falta de professores.

O ano de 2026 ficará igualmente marcado pelos graves problemas ocorridos no processo de correção digital dos Exames Nacionais, que afetaram milhares de estudantes e obrigaram à correção de classificações. Com consequências que se fizeram sentir no processo de acesso ao Ensino Superior.

Embora o número final de candidatos à primeira fase do Concurso Nacional de Acesso tenha aumentado em 2026 para 60.391, face aos 49.595 candidatos de 2025, o início do processo ficou marcado por uma situação absolutamente excecional: no primeiro dia de candidaturas foram registadas apenas 304 candidaturas, quando no mesmo dia do ano anterior tinham sido registadas 10.183.

A diferença não pode ser dissociada da perturbação provocada pelo processo de classificação dos exames, tendo milhares de estudantes iniciado o período de candidatura sem dispor atempadamente das informações necessárias para tomar decisões sobre o seu percurso académico.

A política educativa não pode limitar-se a responder à emergência de cada ano letivo. Tem de preparar o futuro.

A Educação é, simultaneamente, um direito fundamental, um instrumento de igualdade social e uma das principais políticas de desenvolvimento do território.



SETÚBAL

Setúbal não pode aceitar que a qualidade da resposta educativa dependa da capacidade de cada escola para ultrapassar sucessivamente dificuldades de recrutamento, problemas administrativos ou insuficiências de recursos.

A Assembleia Municipal de Setúbal considera, por isso, que a valorização da Escola Pública deve constituir uma prioridade permanente das políticas públicas e que essa valorização deve ser aferida não apenas pela dimensão dos investimentos anunciados ou pelo número de equipamentos inaugurados, mas também pela capacidade de garantir aprendizagens de qualidade e condições efetivas para que todos os estudantes possam concluir os seus percursos educativos com sucesso.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal delibera:

1. Saudar a comunidade educativa do concelho de Setúbal, nomeadamente os estudantes, famílias, professores, educadores, assistentes técnicos e operacionais, técnicos especializados e órgãos de direção das escolas, pelo início do ano letivo 2026/2027, reconhecendo o seu contributo diário para a construção de uma Escola Pública de qualidade, inclusiva e promotora de igualdade de oportunidades;
2. Manifestar preocupação pela persistência de horários docentes por preencher e pelas dificuldades de recrutamento e fixação de professores no concelho de Setúbal e na Península de Setúbal, defendendo uma resposta estrutural que assegure a colocação atempada de docentes, a estabilidade dos horários e a existência dos recursos humanos necessários ao normal funcionamento das escolas;
3. Manifestar preocupação pelos problemas verificados no funcionamento do sistema educativo durante o presente ano de 2026, nomeadamente no processo de correção dos Exames Nacionais e nas dificuldades administrativas relacionadas com a colocação e recrutamento de docentes, defendendo que nenhum estudante seja prejudicado por falhas imputáveis à Administração Pública;
4. Apelar ao Governo para que reforce o investimento na Escola Pública, assegurando não apenas a construção e requalificação de equipamentos, mas também professores e restantes profissionais em número adequado, recursos para a inclusão, condições de aprendizagem e uma resposta específica às necessidades educativas da Península de Setúbal, e dar conhecimento da presente Moção ao Governo, à Assembleia da República, aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do concelho, às associações de pais e encarregados de educação e às estruturas representativas dos trabalhadores e estudantes.

Setúbal, 25 de setembro de 2026

A Assembleia Municipal de Setúbal

Núria João Feijó Sento Rême